

AMERICANISMO, *NEW DEAL* E IMPERIALISMO

THIAGO REIS MARQUES RIBEIRO*

No interior do campo marxista, o tema do *americanismo* é muito mais conhecido através dos desenvolvimentos intelectuais realizados por Antonio Gramsci no cárcere sobre esse assunto, sendo esta tema, inclusive, sujeito a um tratamento especial no “Caderno 22” – apesar de desde os períodos iniciais de seu trabalho nos *Cadernos* Gramsci planejar escrever sobre este tema. Porém, um dos pontos que desejamos destacar nesses escritos, é a influência de Marx na construção dos problemas que Gramsci busca apreender sob a rubrica “um tanto convencional” de *americanismo* e, adiciona ele, *fordismo* – e isso em um período contemporâneo à chegada de Roosevelt à presidência e à aplicação das primeiras medidas do *New Deal*. Apesar de Marx não usar diretamente o termo “americanismo”, é conhecido o seu interesse sobre os desenvolvimentos histórico que correm nos Estados Unidos; além disso, entendemos que alguns dos problemas abordados por Marx quando tratando de questões relacionadas aos Estados Unidos influenciaram fortemente o pensamento de Gramsci sobre este tema.

Uma das passagens que julgamos importante destacar de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos se encontra no início dos *Grundrisse*, quando aborda criticamente as obras dos seus contemporâneos Bastiat, francês, e Carey, “único economista original dentre os norte-americanos”. Nessas passagens, Marx atenta para as especificidades do desenvolvimento do capitalismo na França e nos Estados Unidos e a influência dessas características sobre as concepções teóricas de ambos os autores. Nesse contexto, Marx afirma que Carey é oriundo de um país

[...] em que a sociedade burguesa não se desenvolveu sobre a base do feudalismo, mas começou a partir de si mesma; em que a sociedade burguesa não aparece como o resultado remanescente de um movimento secular, mas como o ponto de partida de um novo movimento; em que o Estado, em contraste com todas as formações nacionais anteriores, desde o início esteve subordinado à sociedade burguesa e à sua produção e jamais pôde ter a pretensão de ser um fim em si mesmo; enfim, em um país em que a própria sociedade burguesa, combinando as forças produtivas de um velho mundo com o imenso terreno natural de um novo, desenvolveu-se em dimensões e liberdade de movimento até então desconhecidas e suplantou em muito todo trabalho anterior no domínio das forças naturais; e onde, enfim, os

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e Bolsista CNPq.

antagonismos da própria sociedade burguesa aparecem unicamente como antagonismos evanescentes.(MARX, 2011: 28)

Apesar de Marx aqui estar centralmente preocupado na crítica à Carey – que, diga-se de passagem, era contrário à ingerência do Estado na economia, apesar de ser à favor do protecionismo em favor das indústrias e de ver como algo positivo o acelerado processo de centralização de capitais que se passa nos Estados Unidos de então –, queremos dar destaque às características principais do desenvolvimento capitalista norte-americano, em especial, o fato deste se desenvolver em “liberdade de movimento”, pois não surgiu a partir da dissolução da sociedade feudal e nem o seu Estado remonta a períodos anteriores ao desenvolvimento capitalista, mas esteve desde o início subordinado à sociedade burguesa. Tendo à sua frente uma sociedade capitalista em desenvolvimento sem os óbices existentes no Velho Mundo, segundo Marx, “Carey confronta os economistas ingleses com a maior potência da sociedade burguesa na América do Norte” (*Ibid.*: 29).

Ainda nos *Grundrisse*, no trecho que ficou conhecido como “Prefácio de 1859” (apesar de ser, de fato, de 1857), Marx volta a comparar o desenvolvimento capitalista norte-americano com o da Inglaterra, afirmando que “[u]m povo está em seu auge industrial na medida em que, para ele, o essencial não é somente o ganho, mas o ganhar. Nesse caso, os ianques [são] superiores aos ingleses” (*Ibid.*: 42). Como se percebe, Marx dá grande importância à especificidade do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos no que tange à inexistência de segmentos sociais oriundos de classes dominantes em dissolução (e com eles, suas concepções de mundo peculiares), como na Europa; nos Estados Unidos, a pulsão para *ganhar*, seria, portanto, mais essencial.¹

É importante recordar que os *Grundrisse* foram redigidos entre 1857 e 1858, portanto, antes da eclosão da Guerra Civil, em 1861 e da abolição da escravidão nos Estados Unidos. Assim, pode parecer contraditório Marx enxergar potenciais tão grandes de desenvolvimento capitalista em uma nação em que parte considerável dos estados ainda mantinham os escravos como principal força de trabalho, estados estes cujos elementos das classes proprietárias tinham, inclusive, uma situação política favorável no âmbito do governo federal. Além disso, os Estados Unidos, junto com Brasil e Cuba, foram importantes bastiões do escravismo em

¹ Destacamos ainda outra passagem dos *Grundrisse*, que Marx aborda, muito sucintamente, o sistema bancário dos Estados Unidos de então, afirmando que, “em virtude da indispensável licença estatal, é livre apenas nominalmente, onde existe não a livre concorrência entre os bancos, mas um sistema federativo de bancos

um contexto em que a Inglaterra cerrava o cerco contra o tráfico transatlântico de escravos. Porém, Marx entendia a produção escravista do sul dos Estados Unidos durante o séc. XIX como sendo uma atividade capitalista. Além disso, Marx, já nos *Grundrisse*, faz a seguinte afirmação:

A escravidão de negros – uma escravidão puramente industrial –, que, em todo caso, desaparece com o desenvolvimento da sociedade burguesa e é com ela incompatível, pressupõe o trabalho assalariado, e se outros Estados livres, com trabalho assalariado, não existissem ao lado de tal escravidão, mas a isolassem, imediatamente todas as condições sociais nos Estados escravistas se converteriam em condições pré-civilizadas. (MARX, 2011: 168)

Dado que se trata de um texto de 1857, Marx não estava formalizando uma situação já consumada, mas observando tendências já visíveis nesse momento. Portanto, para Marx, o fato dos Estados Unidos não ser obstado por sedimentações oriundas das classes dominantes pretéritas era um dado tão favorável ao seu desenvolvimento capitalista que sobrepujaria o próprio escravismo a longo prazo – mesmo que se tratasse de uma “escravidão industrial”, *i. e.*, o capital investido nos empreendimentos escravistas de meados do séc. XIX no sul dos Estados Unidos era de fato *capital industrial*, no sentido atribuído por Marx.

Como se percebe, Marx sempre manteve interesse sobre o desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos; inclusive, é sabida a sua contribuição para jornais norte-americanos assim como os artigos que escreveu sobre os desdobramentos da Guerra Civil. Além disso, através das cartas trocadas entre Marx e Engels durante o conflito, é possível perceber que Marx nutria expectativas de que, com o envolvimento dos escravos na guerra e, conseqüentemente, com a abolição da escravidão, as forças sociais mobilizadas poderiam dar um caráter popular ao conflito. Na verdade, Marx nessas cartas criticava duramente as hesitações de Lincoln em envolver os negros no conflito, definindo o fim da escravidão. Engels, por outro lado, era mais cético quanto aos potenciais populares da Guerra Civil.²

Posteriormente à Guerra Civil, já em *O capital* (“Capítulo XXV – A Teoria Moderna da Colonização”), à semelhança das passagens supramencionadas dos *Grundrisse*, Marx ao tratar

monopolistas” (*Ibid.*: 84).

² Sobre este tema, cf.: Bianchi (2014). O Autor destaca que, para se ter uma real dimensão dos juízos de Marx sobre Lincoln, é importante não tomar como referência apenas o conhecido comunicado redigido por Marx no âmbito da Associação Internacional dos Trabalhadores, que era um documento público e de intervenção política. Bianchi aponta que, através das cartas entre Marx e Engels, é possível observar as profundas reservas que Marx tinha com relação a Lincoln.

do problema das especificidades do desenvolvimento capitalista norte-americano, novamente o faz a partir de considerações críticas de economistas contemporâneos que tratam do tema; no caso, um certo Wakefield. Sendo esse economista de origem inglesa, Marx aponta para o fato de que ao tratar de problemas atinentes a desenvolvimentos *fora* da Europa, alguns elementos basilares da concepção burguesa aparecem de forma explícita em suas categorias de análise, ou seja, menos velados por permanências ideológicas do mundo feudal. E, nesse caso, o problema era o de como formar um contingente de mão de obra disponível para o emprego assalariado pelo capital em um contexto de “fronteira aberta”, portanto, com possibilidades supostamente maiores de acesso à terra – seja gratuitamente, seja por preços irrisórios. Lembrado que Marx acabara de abordar no capítulo anterior o problema da “assim chamada” acumulação primitiva de capital e, portanto, também o tema da expropriação de populações para disponibilizá-las para a exploração capitalista.

O grande problema em regiões como a dos Estados Unidos era como ter disponível uma quantidade abundante de força de trabalho em um contexto em que, apesar do processo de imigração, a grande quantidade de terras reduzia a disponibilidade de trabalhadores, especialmente de trabalhadores dispostos a vender a sua força de trabalho a baixos preços. A tendência era que, existindo tal disponibilidade de terras, os imigrantes logo se tornassem pequenos proprietários e que produzissem a partir de seus próprios meios de produção. Portanto, esta tendência representaria um obstáculo a própria constituição da relação de produção capitalista, *i. e.*, a dependência do produtor direto (o trabalhador assalariado) ao capitalista (o proprietário dos meios de produção enquanto capital). Não à toa, uma das medidas sugeridas por figuras como Wakefield para tratar desta tendência à dispersão da força de trabalho foi o estabelecimento de barreiras ao acesso à terra através da sua venda a preços suficientemente altos para impedir a compra pelo imigrante antes de ter trabalhado por algum tempo para outro proprietário. O fundo formado pela venda dessas terras deveria ser empregado no financiamento de novas imigrações pra compensar aqueles que abandonavam o mercado de trabalho por ter adquirido o seu próprio pedaço de terra. Marx, porém, aponta que tais medidas não tiveram êxito, nem nos Estados Unidos, nem mesmo na Austrália.

Apesar dessas considerações, é claro que Marx observa o espetacular desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos. Qual teria sido, então, a via pela qual criou-se a massa de trabalhadores constantemente disponíveis para a exploração capitalista?

Por um lado, o imenso e contínuo afluxo de gente, impedido ano a ano para a

América, deixa sedimentos estagnados no leste dos Estados Unidos, pelo fato de a onda de emigração da Europa lançar aí no mercado de trabalho mais pessoas do que a onda de emigração para o oeste pôde absorver. Por outro lado, a guerra civil americana teve por consequência uma imensa dívida nacional, e com ela, pressão tributária, criação da mais ordinária aristocracia financeira, entrega de presente de imensa parte das terras públicas a sociedades de especulação para a exploração de estradas de ferro, minas etc. – em suma, a mais rápida centralização do capital. A grande República deixou pois de ser a terra prometida para trabalhadores emigrantes. A produção capitalista avança lá a passos de gigantes, embora o rebaixamento dos salários e a dependência do trabalhador assalariado ainda não tenha caído, nem de longe, ao nível normal europeu. (MARX, 1984: 301)

Portanto, para Marx, não é possível o desenvolvimento capitalista sem expropriação do trabalhador de seus meios de produção, tanto no Velho como no Novo Mundo. Mesmo a imensa disponibilidade de terras frente ao constante afluxo de imigrantes não representam um limite absoluto à formação de um mercado de trabalho com as suas características propriamente capitalistas – ou seja, uma superpopulação relativa –, mesmo que os níveis salariais ainda sejam superiores aos observados na Europa. Além disso, a guerra civil e seus desdobramentos aceleraram fortemente o processo de centralização de capitais nos Estados Unidos – e aqui é importante notar a relação entre a guerra, o endividamento público e o processo de formação de uma “aristocracia financeira” apontado por Marx.

Porém, a preocupação de Marx nesses escritos é com a produção capitalista desenvolvida, como se encontrava na Europa.

O regime capitalista aqui [na Europa] ou submeteu diretamente toda a produção nacional, ou, onde as condições estão menos desenvolvidas, controla pelo menos indiretamente aquelas camadas sociais decadentes que pertencem ao modo de produção arcaico que continua existindo a seu lado. Sobre esse mundo já pronto do capital, economista político aplica com zelo tanto mais ansioso e com unção tanto maior as concepções de direito e propriedade do mundo pré-capitalista quanto mais claramente os fatos negam a sua ideologia. (Ibid.: 295)

Marx, quando publica esses escritos, pouco tempo fazia do fim da escravidão nos Estados Unidos e da Guerra Civil; apesar de em outras passagens enfatizar alguns aspectos do avançado processo de desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos, diferentemente da Europa, onde, pelo menos para os países capitalistas mais desenvolvidos, o processo de acumulação primitiva e expropriação havia mais ou menos se completado, ainda haveria avanços a serem feitos nesse processo nos Estados Unidos. Porém, é exatamente no período posterior à publicação do Livro Primeiro d'*O capital* até o fim do século XIX em que os Estados Unidos experimentam um fortíssimo processo de desenvolvimento capitalista, culminando esse processo com os Estados Unidos tornando-se a maior nação industrial do

mundo capitalista na virada do século. Assim, toda a liberdade de movimento aludia por Marx ao desenvolvimento capitalista será ainda mais acentuada após a derrota dos setores agrários escravistas no sul dos Estados Unidos, entre outros fatores.

Desse capítulo d'*O capital*, cremos que os problemas mais importantes abordados por Marx e que tiveram ressonância direta nas reflexões de Gramsci sobre o americanismo são aqueles relacionados aos *altos salários* relativamente aos trabalhadores europeus, à disposição *demográfica* (no caso, a questão das migrações) e à inexistência de setores sociais oriundos de classes dominantes decadentes (como na Europa, apesar de serem indiretamente controladas pelo regime capitalista). Assim como nessas passagens de Marx, Gramsci também recorrentemente compara a sociedade norte-americana com as sociedades europeias, o que aponta para a relação das reflexões de Gramsci sobre o americanismo com esses escritos de Marx. Além disso, Gramsci usa no “Caderno 22” a expressão “fabricar o fabricante” para se referir ao protecionismo, expressão essa que, com algumas diferenças, também aparece no “Capítulo XXV”.³ Porém, Gramsci não poderia ignorar os grandes avanços ocorridos no desenvolvimento capitalista norte-americano desde os tempos de Marx até o início dos anos 1930, período este atravessado pela Primeira Guerra Mundial, pela ascensão dos Estados Unidos ao lugar de maior potência capitalista (seja do ponto de vista industrial e comercial, seja do ponto de vista financeiro), pela Grande Depressão e pelo início do *New Deal*. Assim, além dessas problemáticas de longo fôlego que são tratadas por Marx desde os tempos de escrita dos *Grundrisse*, outros aspectos do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos em um momento tão crítico como o entreguerras não podem ser negligenciados – especialmente a difusão do *fordismo* e do *taylorismo* e da possibilidade de irradiação para outras sociedades capitalistas dessas e outras inovações que tiveram lugar em solo norte-americano.⁴

Da diversidade de temas que Gramsci pretende abordar sob a rubrica “americanismo e fordismo”, mencionamos de início aquele relacionado ao que chamou de “composição

³ “Como o sistema protecionista em suas origens ambicionava a *fabricação de capitalistas* na metrópole, assim a teoria da colonização de Wakefield, que a Inglaterra durante certo tempo procurou pôr em prática legalmente, ambicionava a fabricação de trabalhadores assalariados nas colônias. Isso ele denomina *systematic colonization* (colonização sistemática)”. *Ibid.*, p. 296.

⁴ De acordo com a datação feita pelo filólogo Giani Francioni, Gramsci inicia os seus escritos no “Caderno 22” a partir de 1934, portanto, com Roosevelt já tendo chegado à presidência e iniciado o programa conhecido como *New Deal*. Apesar de não ser possível afirmar com certeza o quanto Gramsci estava informado dos eventos que vinham ocorrendo nos Estados Unidos naquele período, é possível dizer que alguma informação ele tinha acesso, já que menciona o fim da *Lei Seca* em uma de suas seções do “Caderno 22”, o que só ocorreu em 1933 já sob o governo Roosevelt. Para a datação feita por Francioni, cf. GRAMSCI (2011c).

demográfica racional”, referindo-se à magnitude da parcela da população com função produtiva na economia. Gramsci aborda esse tema no contexto do debate existente na Europa entre os favoráveis e os contrários à adoção de certas inovações que tiveram origem no desenvolvimento capitalista norte-americano – especialmente os relacionados às formas de financiamento da produção, os métodos de administração e produção e a função do Estado no processo de acumulação. O que Gramsci busca destacar é exatamente a ausência nos principais países europeus de então das premissas que possibilitaram o pujante desenvolvimento do capitalismo norte-americano. Afirma Gramsci:

O americanismo, em sua forma mais completa, exige uma condição preliminar [...]: esta condição pode ser chamada de “uma composição demográfica racional”, que consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias. A “tradição”, a “civilização” europeia, ao contrário, caracteriza-se pela existência de tais classes, criadas pela “riqueza” e pela “complexidade” da história passada, que deixou um grande número de sedimentações passivas através dos fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade fundiária, do comércio de rapina e do exército, o qual foi inicialmente profissional e depois a basear-se no recrutamento, mas é ainda profissional no nível do oficialato. Aliás, pode-se dizer que quanto mais antiga é a história de um país, tanto mais numerosas e gravosas são estas sedimentações de massas ociosas e inúteis que vivem do “patrimônio” dos “avós”, destes pensionistas da história econômica. (GRAMSCI, 2011b: 243)

Para Gramsci, portanto, o aspecto fundamental do desenvolvimento da sociedade capitalista norte-americana é exatamente a existência do que chama de estrutura demográfica racional, em que existe o peso de contingente populacionais oriundos de formações sociais pré-capitalistas sem nenhuma função produtiva. Portanto, assim como Marx, a atenção ao fato do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos não encontrar os obstáculos representados por sedimentações de sociedades pretéritas é fundamental na caracterização de Gramsci da sociedade norte-americana. Além dos efeitos econômicos, essa característica “natural” da sociedade norte-americana também se expressa no âmbito *intelectual e político*, fazendo com que os intermediários da ideologia e da política possam ser reduzidos a um mínimo. Assim, além de possibilitar uma imensa acumulação de capitais a despeito dos salários serem melhores nos Estados Unidos que na Europa, a inexistência de “tradições históricas e culturais”, ou seja de “sedimentações viscosamente parasitárias”, também permitiriam a formação de uma camada intelectual mais sintética e mais enraizada no mundo produtivo. É nesse sentido que Gramsci afirma que, nos Estados Unidos, as superestruturas são mais firmemente dominadas pelas estruturas, ou seja, as camadas intelectuais são mais diretamente

articuladas aos imperativos da produção.

A América não tem grandes “tradições históricas e culturais”, mas tampouco está sufocada por esta camada de chumbo: é esta uma das principais razões — certamente mais importante do que a chamada riqueza natural — de sua formidável acumulação de capitais, malgrado o nível de vida de suas classes populares ser superior ao europeu. A inexistência dessas sedimentações viscosamente parasitárias, legadas pelas fases históricas passadas, permitiu uma base sadia para a indústria e, em especial, para o comércio, possibilitando a redução cada vez maior da função econômica representada pelos transportes e pelo comércio a uma real atividade subordinada à produção, ou melhor, a tentativa de incorporar estas atividades à própria atividade produtiva [...] Dado que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia. (GRAMSCI, 2011b: 247-8)⁵

A existência dessa racionalização prévia realizada pelo próprio processo histórico nos Estados Unidos facilitou bastante a posterior aplicação de métodos também racionalizadores na produção e no trabalho; é nesse contexto que se deve entender a difusão dos métodos tayloristas e fordistas originariamente nos Estados Unidos, difusão essa que se deu combinando elementos de força (destruição do sindicalismo de base territorial) e de persuasão (altos salários, benefícios sociais, propaganda política e ideológica), “conseguindo centrar toda a vida do país na produção”.

Assim como Marx, Gramsci também observa a existência de salários relativamente altos nos Estados Unidos, mas focando mais diretamente no papel desses salários na seleção do novo tipo de trabalhador “fordizado” (sujeito a imensas pressões psicofísicas) e na obtenção de um certo consenso das massas trabalhadoras. Porém, já que Gramsci relaciona a difusão dos métodos tayloristas e fordistas à prévia estrutura demográfica racional, podemos afirmar que, mesmo em Gramsci, o problema dos altos salários nos Estados Unidos se relaciona, mesmo que indiretamente, com a história da ocupação populacional do território norte-americano como abordado por Marx. Porém, se do ponto de vista das classes

⁵ Outra passagem importante sobre os intelectuais nos Estados Unidos – além do §30 do “Caderno 15” (*ibid.*: 321) –, é a existente no “Caderno 12”: “Nos Estados Unidos, deve-se notar a ausência, em certa medida, dos intelectuais tradicionais e, portanto, o diverso equilíbrio dos intelectuais em geral. Ocorreu uma formação maciça de todas as superestruturas modernas com base na indústria. A necessidade de um equilíbrio não é dada pelo fato de que seja necessário fundir, num único cadinho nacional de cultura unitária, diversos tipos de cultura trazidos pelos imigrantes de origens nacionais variadas. A ausência de uma vasta sedimentação de intelectuais tradicionais, como ocorreu nos países de civilização antiga, explica parcialmente seja a existência de apenas dois grandes partidos políticos, que poderiam na realidade ser facilmente reduzidos a um só [...]”

dominantes norte-americanas existiam uma série de avanços em relação às europeias no tocante à adequação ao desenvolvimento capitalista, no que diz respeito às classes populares – e da classe trabalhadora em particular –, a forma própria de suas lutas e o nível adquirido por suas ações políticas ainda eram vistas por Gramsci como “anacrônicas”. A inexistência de um processo histórico como a Revolução Francesa deixou as massas populares em “estado bruto”, não havendo – pelo menos antes da crise de 1929 –, nenhum florescimento “superestrutural” dessas massas, *i. e.*, “ainda não foi posta a questão fundamental da hegemonia”. Em nosso entendimento, Gramsci aqui se refere aos limites ainda existentes no movimento dos trabalhadores nos Estados Unidos, tanto do ponto de vista do tipo de sindicalismo que por muito tempo vigorou, quanto do ponto de vista da expressão político-intelectual desse movimento no nível do *partido* e do *Estado*. É nesse especto desigual do desenvolvimento do capitalismo norte-americano que se deve buscar a caracterização do americanismo enquanto *revolução passiva*.⁶

[...] ainda não se verificou (antes da crise de 1929), salvo talvez de modo esporádico, nenhum florescimento “superestrutural”, ou seja, ainda não foi posta a questão fundamental da hegemonia. A luta se dá com armas tomadas do velho arsenal europeu e ainda abastardadas, que são portanto “anacrônicas” em relação ao desenvolvimento das “coisas”. A luta que se desenvolve na América [...] é ainda pela propriedade da profissão, contra a “liberdade industrial”, isto é, uma luta semelhante àquela que se travou na Europa no século XVIII, embora em outras condições: o sindicato operário americano é mais a expressão corporativa da propriedade das profissões qualificadas do que outra coisa e, por isso, sua destruição, exigida pelos industriais, tem um aspecto “progressista”. A ausência da fase histórica europeia assinalada, também no campo econômico, pela Revolução Francesa deixou as massas populares americanas em estado bruto: a isso cabe acrescentar a ausência de homogeneidade nacional, a mistura das culturas-raças, a questão dos negros. (GRAMSCI, 2011b: 248)

O americanismo e o fordismo para Gramsci resulta, de forma genérica, da “necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática [...]” (*Ibid.*: 241). Dado que em outras passagens Gramsci articula a questão da revolução passiva, no século XX, ao

(GRAMSCI, 2011: 29).

⁶ De forma muito sumária, podemos expressar o conceito de revolução passiva como sendo um processo de transformação social em que não são mobilizados os setores sociais subalternos, no sentido de evitar que tal processo de transformação se dê através de uma violenta explosão revolucionária (como foi o caso da Revolução Francesa e da Revolução Russa), isso em um período histórico caracterizado pela influência internacional de tais processos revolucionários *ativos*, acirrando ainda mais a luta de classes, tanto do ponto de vista nacional como internacional.

problema da construção da chamada economia programática (que é a forma pela qual Gramsci se refere ao planejamento econômico, que vinha sendo tentado na URSS), o americanismo e o fordismo devem ser compreendidos como aspectos da revolução passiva, já que seria uma forma de inserir elementos de planejamento em sociedades capitalistas, entre outras razões, para aplacar os efeitos econômicos e sociais críticos do desenvolvimento capitalista que poderiam colocar em risco a própria manutenção dessas sociedades enquanto sociedades capitalistas. Assim, além de novas possibilidades de acumulação no sentido de retomar o dinamismo econômico, o americanismo e o fordismo é também uma forma de evitar que os problemas econômicos e sociais encontrassem uma solução revolucionária.

O americanismo enquanto “elo” processual que liga o “individualismo econômico” às “economias programáticas” deve ser entendido como uma das expressões do alto nível de centralização e concentração de capitais que se atingiu nos Estados Unidos, com suas influências sobre o papel que o Estado é levado a empreender no mundo econômico. Assim, nos Estados Unidos o Estado é o

[...] Estado liberal, não no sentido do livre-cambismo ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como “sociedade civil”, através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio. O desaparecimento do tipo semifeudal do rentista é, na Itália, uma das principais condições para a transformação industrial (é, em parte, essa própria transformação), não uma consequência. A política econômico-financeira do Estado é o instrumento desse desaparecimento: amortização da dívida pública, títulos nominais, maior peso da taxa direta sobre a indireta na formação da receita orçamentária. (Ibid.:259)

É na existência desses grandes monopólios, que nos Estados Unidos se formaram como “sociedade civil”, *i. e.*, por meios próprios, que se encontraria um dos elementos que caracterizariam o americanismo como ponto de passagem às economias programáticas, já que o planejamento econômico estatal integral tem como pressuposto a estruturação dos ramos produtivos em monopólios – pelo menos o planejamento sob a forma que vinha se praticando na URSS. Este seria, portanto, um dos pontos a caracterizar o americanismo (tanto nos Estados Unidos como nas tentativas de emular algumas de suas características na Europa) como mais um caso, assim como o fascismo, de revolução passiva no século XX.

Apesar dos efeitos disciplinadores do fordismo sobre os trabalhadores industriais, Gramsci entende que os seus métodos podem ser aplicados em um contexto em que tais métodos sejam resultados de um “autocontrole” por parte da classe trabalhadora; portanto, as

possibilidades de mudanças realmente originais deviam ser buscadas em um contexto em que sejam os trabalhadores que de forma autônoma estejam a aplicar os métodos racionalizadores da produção. Entendemos que Gramsci aqui tem em mente os usos dos métodos Taylor e Ford no processo de industrialização na URSS através dos Planos Quinquenais. Além de ser conhecida a posição de Lenin favorável ao uso desses métodos na construção da economia socialista, durante os anos 1920 e 1930 houve um considerável número de casos de exportação de bens de produção para a URSS pelos Estados Unidos, realizando, inclusive, o envio de “missões técnicas” para auxiliar no treinamento de pessoal das indústrias e na implantação das plantas produtivas – e isso de acordo com as tecnologias e métodos dos mais avançados disponíveis então. Portanto, a aplicação dos métodos Taylor e Ford em experiências levadas adiante por um governo oriundo de um processo revolucionário não era uma projeção no futuro de Gramsci, mas um processo concreto que então se desenrolava.⁷

Para caracterizar ainda mais o americanismo como revolução passiva, em outra passagem do “Caderno 22”, ao perguntar-se se na América existiria uma nova civilização, Gramsci responde que

[...] não, não existe, etc., e, de resto, o que se faz na América é apenas remoer a velha cultura europeia. O problema é este: se a América, com o peso implacável de sua produção econômica (isto é, indiretamente), obrigará ou está obrigando a Europa a uma transformação radical de sua estrutura econômico-social demasiadamente antiquada, o que ocorreria de qualquer modo, ainda que com ritmo lento, mas que, ao contrário, se apresenta desde já como uma consequência imediata da “prepotência” americana; ou seja, se está ocorrendo uma transformação das bases materiais da civilização europeia, o que a longo prazo (e não muito longo, já que atualmente tudo é mais rápido do que no passado) levará a uma transformação da forma de civilização existente e ao nascimento forçado de uma nova civilização.

Os elementos de “nova cultura” e de “novo modo de vida” que hoje se difundem sob a etiqueta americana não passam das primeiras tentativas feitas às cegas, devidas não tanto a uma “ordem” que nasce de uma nova estrutura, que ainda não se formou, mas à iniciativa superficial e macaqueadora dos elementos que começam a se sentir socialmente deslocados pela ação (ainda destrutiva e dissolutora) da nova estrutura em formação. O que hoje é chamado de “americanismo” é em grande parte a crítica antecipada feita pelas velhas camadas que serão esmagadas pela possível nova ordem e que já são vítimas de uma onda de pânico social, de dissolução, de desespero; é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir e toma como ponto de apoio os aspectos negativos da transformação. Não é dos grupos sociais “condenados” pela nova ordem que se pode esperar a reconstrução, mas sim daqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem: estes últimos “devem” encontrar o sistema de vida “original” e não de marca americana, a fim de transformarem em “liberdade” o que hoje é “necessidade”. (Ibid.: 279-80)

⁷ Sobre as relações comerciais entre Estados Unidos e URSS nesse período, cf. Condoide (1947). Sobre o debate acerca do taylorismo e sua aplicação em experiências de planejamento socialista, cf. Finzi (1988).

Para Gramsci, portanto, apesar das especificidades da sociedade norte-americana, o americanismo, em vez de ser uma nova civilização, na verdade seria um “um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização europeia, que apenas assumiu uma nova epiderme no clima americano”, já que não houve mudanças no caráter e nas relações dos grupos sociais fundamentais (*Ibid.*: 281).⁸ Porém, o que a influência da sociedade e da economia norte-americana estava a operar sobre as outras nações capitalistas europeias, mesmo que indiretamente através da concorrência internacional, era acelerar transformações econômico-sociais que poderiam lançar as bases para o nascimento de, aí sim, uma nova civilização – que, nos parece claro, se tratar do *socialismo*. A incapacidade das tradicionais classes dominantes europeias de tirar todas as consequências possíveis de um processo de transformação econômica e social necessária que pudesse fazer face à concorrência norte-americana faz com que Gramsci afirme que é exatamente dos grupos sociais que estão criando com o seu próprio sofrimento essas bases materiais que se pode esperar algum “sistema de vida” realmente novo e original (e não de “marca americana”), transformando em liberdade o que hoje é necessidade.

Muito poderia se continuar discorrendo sobre o americanismo e os aspectos desse processos abordados por Gramsci – como as pressões psicofísicas próprias dos métodos Ford e Taylor, as questões sexuais, os costumes, etc. –; porém, se fôssemos sintetizar aquilo que pensamos ser o fundamental e de longo curso ao desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos, destacaríamos o fato do capitalismo se desenvolver nos Estados Unidos em um contexto tanto de inexistência de reminiscências de classes dominantes anteriores decadentes quanto do papel das correntes migratórias e da estrutura agrária na conformação da classe trabalhadora norte-americana. Esses dois elementos – que cremos também ter merecido atenção por Marx – permitiram um desenvolvimento capitalista vigoroso mesmo em uma situação salarial superior à observada na Europa, já que as classes dominantes norte-americanas e o Estado – assim como as camadas intelectuais – estariam mais organicamente centrada no *ganhar*, em *produzir* e em extrair mais-valia crescentemente. Isso

⁸ L. Werneck Vianna (1997) afirma que “[o] americanismo é, para Gramsci, uma nova forma de Estado que nasce da própria sociedade, ‘uma nova cultura’ e um ‘novo modo de vida’, um histórico-universal que se imporia pelo movimento expansivo da estrutura racionalizada de seu sistema produtivo e da sociedade industrial de massas” (*ibid.*, p. 109). Como fica claro nas passagens que citamos de Gramsci, é exatamente o oposto o que Gramsci afirma sobre o americanismo, ou seja, ele *não* constitui uma “nova civilização”, mas é

estaria relacionado com o novo papel assumido pelos altos salários na produção taylorista/fordista, pois os novos métodos produtivos que exigiam um tipo especializado e não tão disponível de trabalhadores encontrariam um contexto mais favorável à sua aplicação quando os portadores de tais inovações eram diretamente os modernos empresários capitalistas dispostos a aplicar tais inovações produtivas e administrativas para incrementar os seus ganhos.

Porém, além desses aspectos mais fundamentais do desenvolvimento do capitalismo norte-americano, é importante destacar que Gramsci observa que a *crise* e o problema da irradiação de alguns aspectos do americanismo e do fordismo trazem importantes transformações no caráter do desenvolvimento capitalista norte-americano – sendo o *New Deal* uma das expressões dessas mudanças.

A própria temática do americanismo enquanto algo de interesse difundido entre diversos intelectuais, políticos, etc., relaciona-se com a posição dominante que os Estados Unidos assumem após a Primeira Guerra; assim, o próprio tema do americanismo já leva consigo as possibilidades e limites de sua expansão para outras sociedades – afinal, não faz muito sentido falar em expansão do americanismo no próprio Estados Unidos. Se, por um lado, o tema do americanismo adquire maior notoriedade após o conflito mundial, por outro, a própria crise que leva a mudanças notáveis no desenvolvimento capitalista norte-americano tem suas raízes fincadas nas próprias contradições do desenvolvimento econômico nesse período em que os Estados Unidos assumem uma posição dominante no nível internacional – tanto do ponto de vista industrial e comercial quanto do ponto de vista financeiro.

Apesar da crise de 1929 ter acontecido quando Gramsci já se encontrava encarcerado, ele não deixa de abordar essa questão em seus *Cadernos*. Gramsci procura apresentar a crise enfatizando três pontos: (1) a crise é um processo complexo, sendo necessário levar em consideração múltiplas determinações, em vez de aspectos unilaterais do processo; (2) a crise se desenvolve desde, pelo menos a Primeira Guerra (sendo essa guerra, inclusive, uma das expressões da crise), apesar desta não ter sido a sua primeira manifestação; (3) a crise tem raízes no modo de produção capitalista, nas “posições de classe”, e não em decisões

equivocadas tomadas por governantes, empresários, etc (*Ibid.*: 317). Além desses pontos principais, Gramsci também apresenta como elemento tensionador dessa crise o fato de que a vida econômica “tem como premissa necessária o internacionalismo, ou melhor, o cosmopolitismo”, apesar da “vida estatal” ter se desenvolvido no sentido do “nacionalismo” e da “autossuficiência”. Assim, as características mais visíveis da crise – “quotas de importação e exportação, *clearing*, restrição ao comércio de divisas, comércio equilibrado entre dois Estados, etc.” – seriam apenas a “exasperação do elemento nacionalista (estatal-nacionalista) na economia”(*Ibid.*: 318). Ainda no tema das relações econômicas internacionais e a crise, trata Gramsci da função da *moeda* e do *ouro* na evolução da crise; neste sentido, afirma Gramsci:

*Quando num Estado a moeda varia (por inflação ou deflação), ocorre uma nova estratificação de classes no próprio país; mas, quando varia uma moeda internacional (por exemplo, a libra esterlina e, em menor medida, o dólar, etc.), ocorre uma nova hierarquia entre os Estados, o que é mais complexo e leva a interrupção no comércio (e com frequência a guerras)⁹, ou seja, há transferência “gratuita” de mercadorias e serviços entre um país e outro, e não só entre uma classe e outra da população. A estabilidade da moeda, internamente, é uma reivindicação de algumas classes e, externamente (para as moedas internacionais, nas quais se assumiram os compromissos), de todos os que comerciam. Mas por que elas variam? As razões são muitas, certamente: 1) porque o Estado gasta demais, ou seja, não quer que suas despesas sejam pagas diretamente por certas classes, mas por outras, indiretamente, e, se possível, por países estrangeiros; 2) porque não se quer diminuir um custo “diretamente” (por exemplo, o salário), mas só indiretamente e num prazo prolongado, evitando atritos perigosos, etc. De qualquer modo, também os efeitos monetários se devem à oposição dos grupos sociais, que nem sempre se deve entender no sentido do próprio país em que o fato ocorre, mas no de um país antagonista. (*Ibid.*: 319-20)*

Nesta última passagem Gramsci demonstra uma abordagem sobre problemas *cambiais* e *monetários* em que a relação entre as classes sociais (dentro de um mesmo país e entre diferentes países) é fundamental para o entendimento do processo; em vez de entender esse processo em termo puramente monetários, Gramsci aponta os efeitos de mudanças no âmbito das divisas e das moedas na distribuição dos ganhos e das perdas entre as classes e na própria “estratificação de classes” – assim como os termos das relações econômicas entre diferentes nações.

Apesar de Gramsci não discorrer longamente sobre esses problemas, podemos afirmar que tais disputas cambiais, comerciais e financeiras apontadas eram exatamente alguns dos

⁹ Certa previsão de Gramsci, já que alguns anos após terem sido feitos esses escritos e ao seu falecimento a Segunda Guerra Mundial se iniciou.

mais explícitos aspectos da disputa *inter-imperialista* do período, mesmo que Gramsci aqui não use o termo imperialismo (aliás, termo relativamente pouco usado por Gramsci nos *Cadernos*); portanto, entendemos que tais problemas levantados por Gramsci são de fundamental importância para entender as características do imperialismo daquele tempo e a transição para o concerto capitalista mundial sob a liderança dos Estados Unidos.

Um dos exemplos da importância de tais questões levantadas por Gramsci para os rumos do capitalismo norte-americano, pode ser atestado pelas disputas entre diferentes perspectivas em torno de como conduzir a política econômica exterior naquele período; se, por um lado, a pouco tempo tinha sido estabelecida a uma das mais pesadas legislações tarifárias da história dos Estados Unidos – a *Lei Smoot-Hawley* –, por outro, o governo Roosevelt iniciava-se com um setor que tinha como firme intento buscar a *liberalização* e *multilateralização* das relações comerciais e financeiras internacionais como modo de dar tratamento à depressão que corria. Este fato é importante pois expressa as diferenças que existiam no interior da própria sociedade norte-americana em torno do tema das relações econômicas exteriores: por um lado, liderado por Cordell Hull do Departamento de Estado, existia o setor que defendia a visão de que os Estados Unidos deveriam estimular a redução das barreiras tarifárias internacionalmente, à assinatura de tratados comerciais recíprocos com cláusula de nação mais favorecida (portanto, rompendo com a praxe então corrente de firmar acordos bilaterais), assim como a livre movimentação de divisas; por outro, liderado pelo Senador Georges Peek, ligado aos setores agrários norte-americanos, mas também representando outros interesses, existia o setor que defendia que os Estados Unidos deveriam partir para uma política de defesa econômica através de tarifas, realizar *clearings* com países devedores que possuíssem saldos comerciais contra os Estados Unidos, entre outras medidas restritivas ao comércio internacional de um ponto de vista liberal. Ao cabo, é o setor liderado por Hull que acaba saindo vitorioso nesse embate.

Não sendo possível aqui mais nos estendermos sobre os diversos aspectos dos problemas levantados por Gramsci sobre as mudanças no capitalismo norte-americano e mundial do período, concluiremos esses escritos com uma questão para posteriores debates: como passa a ser a relação entre intelectuais, Estado e classes dominantes durante e após o período do *New Deal*, *i. e.*, como fica a partir desse período aquela “vantagem” apontada desde os escritos de Marx de não ter os Estados Unidos “sedimentações” de classes dominantes pretéritas e de seus efeitos sobre o Estado – sabendo que houve uma ampliação

fortíssima dos aparelhos de Estado e do seu pessoal durante o *New Deal*? Cremos ser essas questões importantes para entender a natureza da influência do capitalismo norte-americano sobre o conjunto das nações capitalistas após a Segunda Guerra Mundial.¹⁰

Referências Bibliográficas

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 4: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 6: Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços de crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. *O capital: crítica da economia política. Volume I, Tomo 2: o processo de produção capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BIANCHI, Alvaro. “Marx, Engels e a guerra civil nos Estados Unidos”. In: *Revista Outubro*, n. 22, novembro de 2014.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The making of global capitalism: the political economy of american empire*. New York: Verso, 2012.

FINZI, Roberto. “Lênin, Taylor, Stakhanov: o debate sobre a eficiência”. In: HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do marxismo VII: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

CONDOIDE, Mikhail V. *Russian-American trade: a study of the soviet foreign-trade monopoly*. Second Printing. Columbus, Ohio: Bureau of Business Research College of Commerce and Administration, 1947.

LEVINE, Rhonda F. *Classe struggle and New Deal: industrial labor, industrial capital, and the state*. Lawrence, Kansas: University Press of Kansa, 1988.

¹⁰ Leo Panitch e Sam Gindin (2012), mais focado nas relações econômicas exteriores, e Rhonda Levine (1988), abordando as relações e conflitos entre capital e trabalho, enfatizam a crescente *autonomia relativa do Estado norte-americano* e de seu pessoal a partir do *New Deal*.